

---

# O MESTIÇO NO ARMÁRIO E O TRIÂNGULO NEGRO NO ATLÂNTICO. PARA UM MULTICULTURALISMO HÍBRIDO

*Gustavo Lins Ribeiro*

*Universidade de Brasília – Brasil*

Motivado pelo instigante artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, farei considerações sobre algumas questões suscitadas pela discussão sobre cotas, com um interesse especial sobre seus efeitos na antropologia e nas ideologias sobre interetnicidade brasileiras.<sup>1</sup> O primeiro e mais visível dos efeitos da discussão sobre cotas refere-se à ausência de consenso sobre esse assunto entre os antropólogos brasileiros. São várias as posições. Tentarei caracterizar apenas os dois campos mais evidentes, ainda que correndo o evidente risco de simplificá-los. Ambos coincidem em que há que combater o racismo no Brasil e têm argumentos antropológicamente relevantes. Também reconhecem que a escravidão foi um crime terrível que estruturou a relação entre negros e brancos no Brasil.

No primeiro campo, considera-se que frente às flagrantes diferenças de acesso ao bem-estar entre negros e brancos, a universidade pública será uma eficiente alavanca para ir além das históricas injustiças, se implementar formas de acesso diferenciado para afro-brasileiros. Além disso, como nem todas as formas de desigualdade baseiam-se necessariamente em diferenças

---

<sup>1</sup> Sobre o caso da UnB, o leitor pode recorrer também às posições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) amplamente divulgadas quando do clímax dessa polêmica, que ocorreu durante meu mandato como presidente da associação (disponível em: <<http://www.abant.org.br/v2/informacoes/documentos>>). No período de 2002-2004, além de criar a Comissão de Relações Étnicas e Raciais da ABA (Crer), realizamos vários encontros para discutir ações afirmativas e o racismo no Brasil, como um seminário sobre Políticas da Diferença, na Escola Superior do Ministério Público da União, em maio de 2004, em Brasília, e outro em Salvador, em julho do mesmo ano, intitulado Raça, Racismo e Políticas Públicas: um Debate Antropológico, organizado pela Crer. Além de iniciativas e negociações constantes relativas à regulamentação da questão quilombola e encabeçadas pelo GT de Laudos Antropológicos, realizamos um curso na reunião da SBPC em Cuiabá, também em julho de 2004, sobre Antropologia e Políticas Públicas contra a Discriminação Racial, de Gênero e de Orientação Comportamental. Atualmente, sob a liderança da professora Miriam Grossi, a associação prossegue em sua luta histórica contra o racismo e a discriminação.

econômicas, a maior qualificação de afro-brasileiros possibilitará uma maior visibilidade de lideranças negras em todos os planos da vida social, econômica, cultural e política. A essa maior visibilidade corresponderá o crescimento, por meio de um ciclo virtuoso de auto-identificações, da força da identidade negra no Brasil, pondo fim, assim, também à incorporação, consciente ou inconsciente, por parte dos afro-brasileiros de uma perspectiva subordinada desconhecadora dos seus próprios atributos positivos.

No segundo campo, considera-se que a universidade pode ser, mas, frente à lógica de mercado, não necessariamente é, um mecanismo de promoção da igualdade. Porém, e eis aqui o cerne da diferença, ao mesmo tempo em que se reconhece a existência de um racismo brasileiro, postula-se que as diferenças “raciais” são melhor entendidas enquanto estruturadas por históricas relações de classe. Ademais, se assim não for feito, estar-se-ia racializando conflitos que não necessariamente são percebidos enquanto conflitos de raça, criando, por conseguinte, não uma solução para o conflito racial, mas um novo cenário de conflitos raciais que colocará em cheque a auto-imagem da nação brasileira ou a contribuição que os brasileiros, um povo altamente marcado pela mestiçagem, poderiam dar a um mundo pós-racista.

O que está em jogo nesses dois campos são concepções de políticas identitárias diferentes onde o mestiço, a maioria da população brasileira, é o fio da navalha. Nesse sentido, talvez a operação político-ideológica mais forte que o movimento negro logrou realizar nos últimos anos tenha sido a fusão da categoria pardos com a categoria negros. Em consequência, os mestiços foram colocados no armário. Para os antropólogos cabe a provocação: os mestiços deixaram de ser uma questão para a antropologia brasileira? Uma espécie de tabu, sempre associado ao já totalmente esgotado mito da democracia racial?

A percepção que se tem sobre o racismo brasileiro mudou muito nas últimas décadas. Um argumento baseado exclusivamente em “imperialismo cultural” não daria conta totalmente dessa mudança. Existem motivos para que o Brasil tenha perdido sua posição de suposto paraíso racial, uma visão que antes era compartilhada por muitos em diferentes países, como deixou claro um simpósio realizado, em janeiro de 2004, pela Universidade Federal da Bahia, com o apoio da ABA e de outras instituições, a propósito dos 50 anos da célebre pesquisa da Unesco sobre relações raciais no Brasil.

Quero deter-me, ainda que rapidamente, sobre alguns aspectos vinculados à luta ideológica contra o racismo, relacionando-a com a pesquisa da Unesco à época e com o que acontece no presente. Para ser melhor compreendida, a pesquisa da Unesco deve ser localizada internamente a um triângulo internacional formado, no pós-Segunda Guerra Mundial, por países que marcavam as visões sobre as relações entre negros e brancos em um mundo em descolonização: os Estados Unidos, a África do Sul e o Brasil. Eventualmente, nesse triângulo negro do Atlântico, sentia-se a presença pretérita de um fantasma imperialista-racista exorcizado, mas cujas assombrações ainda eram temidas: os nazistas e as atrocidades cometidas contra judeus em nome de uma suposta superioridade racial. Nos Estados Unidos pré-movimento por direitos civis (movimento por cidadania negra que se inicia na metade dos anos 1950 e obtém grandes vitórias em meados dos anos 1960) e na África do Sul do *apartheid* (implementado em 1948 e terminado, graças à luta política negra, em 1990), o racismo e a segregação explícitas corroíam a sociedade e o Estado. No triângulo negro do Atlântico, esses dois países eram vistos como exemplos negativos de relações raciais enquanto, comparativamente, o Brasil aparecia como um vértice positivo. A essa altura acreditava-se ser um local ideal para se entender interação e convivência pacíficas entre negros e brancos, ainda mais por tratar-se de uma nação embalada pela ideologia nacional da democracia racial.

Quando se olha, no presente, para o triângulo EUA/África do Sul/Brasil os sinais mudam. Em 50 anos a situação avançou nos Estados Unidos e na África do Sul. Os movimentos negros americanos e sul-africanos conseguiram sucessivas vitórias nessas décadas, acabando com a segregação e o *apartheid*. Enquanto isso, o Brasil continua sendo o campeão da concentração de renda e a manter os seus cidadãos negros nos escalões mais desprivilegiados. Em consequência, o Brasil deixou de ser visto como cenário estimulante para compreender relações raciais de maneira positiva. Mas é claro que o país também mudou. Existe um movimento negro com voz e lideranças ativas. Entretanto, no plano da inclusão e da justiça social – sobretudo se pensarmos comparativamente aos outros vértices do triângulo – mudou muito pouco. Em suma, ao invés de espelho positivo, para muitos, o Brasil hoje é um espelho negativo, exemplo de como não se deve acreditar em um mito, o da democracia racial, pois as relações sociais, econômicas e políticas demonstram, objetivamente, outra coisa. Por outro lado, os Estados Unidos se converteram em um espelho

positivo, sobretudo em termos da necessária politização do movimento negro e das chamadas políticas identitárias e de ação afirmativa.

Como o americanocentrismo é a forma contemporânea mais evidente do eurocentrismo na América Latina (Ribeiro, 2003), a força das experiências e formulações norte-americanas marca fortemente o cenário brasileiro. Duas formulações anglo-saxônicas sobre interetnicidade gozam de especial receptividade em diferentes meios: a política de ações afirmativas e a ideologia multiculturalista. Deter-me-ei, muito brevemente, apenas na segunda. De maneira bastante diferente da África do Sul e dos Estados Unidos, o Brasil, por força mesmo do próprio mito – os antropólogos sabem que os mitos não são inócuos – e da história da colonização, a inclusão cultural negra, em um primeiro olhar, não parece ser um problema. O problema é a inclusão social. Contudo, é necessário falar de multiculturalismo no Brasil sim. Afinal, o que se aprende sobre a história da África e sua diversidade cultural? O problema se agrava se considerarmos as populações indígenas com suas culturas e histórias. Tudo isso leva a perguntas básicas. Que multiculturalismo é o brasileiro? Existe semelhante entidade? Procurei encarar esse dilema propugnando, para a América Latina, por um “multiculturalismo híbrido”, um multiculturalismo que, crítico dos usos políticos relacionados aos discursos sobre mestiçagem e democracias raciais, reconheça, ao mesmo tempo, sua especificidade, isto é, as particularidades das relações interétnicas em um continente que não se avergonha de ser híbrido (Ribeiro, 2003).

Como vimos, as últimas décadas não foram suficientes para mudar a situação das populações negras no Brasil na intensidade requerida para uma democracia onde impere a justiça social. Nesse sentido, continua sendo imperativo para a antropologia brasileira revisar e redefinir as características das relações raciais e interétnicas no Brasil do século XXI. Tal movimento nunca é inócuo. Ao contrário, toca diretamente a imagem que qualquer nação tem de si mesma e do seu futuro. Por isso, espero que a este debate, propiciado pela publicação por *Horizontes Antropológicos*, do oportuno artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, sigam-se muitos mais.

## Referência

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Postimperialismo*. Barcelona: Gedisa, 2003.